

TRABALHO (IMATERIAL), CLASSES SOCIAIS E LUTA POLÍTICA

Henrique Amorim¹

Universidade Federal de São Paulo

O debate sobre a centralidade e não centralidade do trabalho, seguido pelo debate sobre o trabalho imaterial pertencem, conjuntamente, a uma mesma problemática teórica. Têm como objetivo o rechaço teórico (debate sobre a centralidade do trabalho) e a atualização (debate sobre o trabalho imaterial) do marxismo. Aparentemente, são debates que se apresentam de modo teoricamente distinto. Contudo, referem-se a uma concepção de trabalho, de classe social e de luta política comuns: àquela desenvolvida e divulgada pelos partidos comunistas na Europa sob influência do partido comunista soviético.

Nesses termos, quando indico tal concepção de trabalho, de classe trabalhadora e de luta política, me refiro ao trabalho restrito à indústria, por isso, produtivo ao capital e que qualifica os trabalhadores ali existentes, somente eles, a potencialmente revolucionários.

Esse universo produtivo e de luta política foi, durante a maior parte do século XX, eleito como espaço central das lutas sociais anticapitalistas. Nesse sentido, toda e qualquer mudança fora desse universo foi considerada reformista. Se o sujeito revolucionário já havia sido marcado a ferro e fogo, a única alternativa à teoria social seria indicar o melhor quadro para sua maturação política.

Em termos abrangentes, a estratégia política tinha como antessala a retomada do controle dos processos de trabalho. Voltar a dominar o trabalho para depois atingir o Estado, tomá-lo. A luta, porém, teria percalços, pois o operariado encontrava-se alienado tanto do processo quanto do produto do trabalho. A alternativa estaria em um processo de desalienação, em um reencontro com o trabalhador de ofícios, aquele que conservava o seu saber-fazer.²

¹ Professor Adjunto de Sociologia da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Guarulhos, Brasil. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). henriqueamorim@hotmail.com.

² Sobre essa questão, ver Friedmann e Naville (1964) e Friedmann (1972).

Portanto, tanto a discussão sobre a centralidade do trabalho quanto a discussão sobre o trabalho imaterial trazem consigo a influência dessa concepção de trabalho, de classe social e de luta política. No primeiro debate, o objetivo seria o de romper com ela, haja vista que a alternativa anticapitalista não estaria mais na fábrica, que a revolução não viria mais da fábrica e que o capitalismo teria aprendido a viver com suas próprias contradições sociais. Na segunda, sob insistente reprodução e ampliação das formas de exploração e dominação na produção de mercadorias, o trabalho e o valor são retomados como temas sociológicos. No entanto, algo ainda deveria ser descartado. A teoria do valor-trabalho é supostamente colocada em xeque, o trabalho imaterial surge, então, como forma tendencialmente predominante de produção. Sua existência implicaria, consequentemente, na própria superação do capital como relação social hegemônica no capitalismo.

A discussão que realizei neste texto tem a intenção de mapear criticamente esses debates na medida em que, ao explicitar as bases teóricas que os orientam, apresenta uma leitura distinta sobre o trabalho, as classes sociais e a luta política. Para tal, a discussão será encaminhada com base nas análises de André Gorz, autor representativo desse movimento de abandono das categorias de análise marxistas e, posteriormente, de sua retomada, mesmo que sob novos moldes. Nesse sentido, a obra de Gorz se apresenta de forma emblemática para a análise e crítica dessa discussão.

O debate sobre a centralidade do trabalho

A conjuntura na qual surge o debate sobre a centralidade do trabalho foi marcada pela ascensão do neoliberalismo de Margaret Thatcher, na Inglaterra, em 1979, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, em 1981, pela desestruturação política e econômica da União Soviética e pela ofensiva do capital ativada pela reestruturação produtiva.

Nesse momento, muitos autores marxistas reviram seus pressupostos analíticos no que concerne às transformações dos processos de trabalho, do movimento operário e da classe trabalhadora frente a uma virtual crise do trabalho.

A revisão chegou, então, ao chamado paradigma produtivo e às aspirações revolucionárias do operariado ali envolvido. Desenvolveu-se, com isso, durante as décadas

de 1980 e 1990, um leque de teorias que tiveram por objetivo 1) negar a centralidade do trabalho, 2) invalidando a análise marxista.

Frente à redução da dimensão do operariado industrial e à diminuição das taxas de sindicalização e do ativismo sindical, a centralidade do trabalho foi posta em xeque. Com as metamorfoses no processos de trabalho, a classe trabalhadora teria se tornado fragmentada e heterogênea. Offe (1989), por exemplo, notou um deslocamento do número de postos de trabalho da indústria para o setor de serviços, o que implicaria uma nova forma de organização política, fora da indústria. A política, antes restrita ao universo da produção, se deslocaria para fora dos ‘laços do trabalho’, para fora da fábrica, já que a diminuição de operários havia causado a perda de poder do operariado industrial.

A sociedade civil passou, dessa forma, a ser considerada como o grande cenário de luta política. Nela, os movimentos sociais passariam a desempenhar o papel que outrora teve como protagonista o operariado tradicional na indústria (Gorz, 1987; 1991). Questões vinculadas ao status familiar, ao gênero, saúde, idade, etnia e processos identitários cresciam em importância no seio da sociedade civil. Portanto, a categoria trabalho parecia ter perdido teoricamente sua centralidade.

Assim, a defensiva da classe trabalhadora apresentada no debate sobre a centralidade do trabalho seria caracterizada a partir do número de trabalhadores ligados a um dado setor dentro da estrutura ocupacional (industrial). Dessa forma, pressupostos de caráter quantitativo sobre o processo de organização da classe trabalhadora limitariam a possibilidade de tratar qualitativamente as modalidades emergentes de mobilização e organização classista. Nesses termos, a possibilidade de atualização dos conflitos e dos antagonismos sociais, dentro de uma perspectiva de classe, foi rejeitada.

Adeus ao proletariado: para além do socialismo, de André Gorz (1987), é um marco da discussão sobre a centralidade e não centralidade do trabalho. Gorz parte da seguinte afirmação: a crise do proletariado e a crise do marxismo associam-se. As mutações da classe operária fundamentariam a própria crise do marxismo (Gorz, 1987, p. 85). Ademais, a sociedade capitalista resistiria e o desenvolvimento das forças produtivas, compatível com as formas de exploração e dominação capitalistas, seria o sinal da prevalência das formas de produção capitalistas e da insuperável alienação no trabalho.

Gorz desenvolve seu raciocínio da seguinte forma: a contradição entre um proletariado estraçalhado pelo trabalho excessivamente racionalizado e sua disposição emancipadora o teria condicionado a uma impotência intransponível. O capitalismo havia produzido uma classe operária que, em sua maior parte, não tem capacidade para ser proprietária ou gestora dos meios de produção. Dessa forma, uma possível confrontação classista acerca do ideal de vida burguês repousaria em camadas que viessem a constituir uma ‘racionalidade diferente’, uma camada que encamparia como finalidade básica a dissolução de todas as classes sociais.

Gorz reclama a figura do trabalhador de ofício como um tipo ideal de trabalhador consciente. Traçando um corte distintivo entre este trabalhador e o ‘pós-taylorista’, o autor sugere que o primeiro tinha como objetivo estrutural a tomada do Estado. Como uma massa homogênea de trabalhadores com tradições e organizações inclinadas a estabelecer uma cultura diametralmente oposta à burguesa, tinha condição de atingir tal objetivo político. Já o segundo, sendo uma camada “miserável, oprimida, ignorante, desenraizada”, estaria incapacitado de tomar o Estado (Gorz, 1987, p. 59).

A retomada teórica do trabalhador de ofício não é gratuita. Gorz traz ao debate a afirmação de que o último sujeito possível da revolução socialista, pautado na teoria do valor, deveria ser aquele que reconquistasse, sob a insígnia da politecnia, seu saber-fazer. Não obstante, essa possibilidade teria se desfeito com a automação. A alternativa de superação política da sociedade capitalista seria alcançada, nestes termos, pela formação de um novo sujeito político, descolado da produção alienada e situado para além das fábricas. Ele viria exatamente do oposto simétrico do operariado, isto é, de um grupo desprendido das formas de dominação produtivas que reproduziram sua hegemonia de classe. O gérmen de uma nova cultura residiria no oposto absoluto da classe trabalhadora, a saber, na “não-classe” dos “não-trabalhadores” (Gorz, 1987, p. 17-19).

A ‘não-classe’ seria formada a partir de uma imposição conjuntural que diluiria o operariado tradicional na tentativa de reproduzir as relações sociais burguesas. Ou seja, caracterizou-se uma necessidade histórica natural de transformação das chamadas formas de resistência política. Valeria, então, antecipar-se a esse movimento inevitável de

dissolução da classe trabalhadora, engrossando a ideia de que o trabalho não desempenharia mais um papel central na constituição das lutas políticas frente à racionalidade capitalista.

Nesse sentido, apenas os indivíduos fora desse tipo de atividade alienada e impessoal seriam capazes de criar uma “nova identidade”, “um pertencimento de classe” que instaurasse a transformação da sociedade capitalista, condicionando-a a seu apêndice (Gorz, 1987, p. 85-93). Surge, assim, a figura de um ‘não-sujeito’ como forma negativa do trabalho: ‘a não-classe dos não-trabalhadores’, que viria a ser a forma iminente e tendencial de uma possível liberação do trabalhador (Gorz, 1987, p. 88).

Diferente daquele operário polivalente que fundamentava seu poder político-reivindicativo em um conhecimento técnico da produção, o ‘proletariado pós-industrial’ legitimaria sua força em sua própria marginalidade. Nesse sentido, Gorz parece indicar a formação de uma contracultura, determinada pelas relações sociais daqueles despossuídos de qualquer vínculo com a “produção de necessidades”, um “modo de vida” de “não-trabalhadores anticapitalistas” (Gorz, 1987, p. 92).

O tempo liberado se tornaria, com isso, eixo teórico central para a análise da luta política para além das organizações sindicais e partidárias restritas às fábricas e à racionalidade capitalista alienante. Nesse momento, a referência aos *Grundrisse* de Marx é explicitada. Segundo Gorz, Marx indicaria o aparecimento de um tempo que seria liberado pelo desenvolvimento das forças produtivas; tempo que poderia ser usufruído de maneira autônoma, desvinculada da economia burguesa e da alienação por ela imposta. Entretanto, Gorz realiza uma leitura determinista de Marx, já que o desenvolvimento das forças produtivas é apresentado como *criador* de um novo cenário político, onde o tempo de não-trabalho deveria ser preenchido pela luta política.

Contrariamente, vemos que a sociedade atual ainda está baseada no tempo de trabalho vivo, ou seja, ainda tem como medida do valor o tempo de trabalho na produção imediata. Este tempo de trabalho necessário, agora diminuído, não tem como finalidade própria permitir à maioria dos homens e mulheres, liberados da produção, dispor livremente do tempo crescente de não-trabalho (Tosel, 1995). A economia capitalista funciona, dessa forma, com base no desperdício de recursos humanos e na marginalização de uma parte crescente da força de trabalho (Tosel, 1994, p. 210).

Portanto, a centralidade atual do não-trabalho é negativa, pois não permite a organização relacional entre atividades inseridas no tempo de trabalho e atividades inseridas no tempo liberado. Esse tempo livre, indicado por Gorz como uma tendência a ser explorada, não permitiria o desenvolvimento integral das capacidades humanas, pois ele é negativamente liberado pela forma do desemprego, vinculando, assim, a impossibilidade material de sua fruição (Amorim, 2007; Marx, 2002; Tosel, 1995).

Já para Gorz, no ‘não-trabalho’ estaria a possibilidade de construção de uma sociedade emancipada do reino das necessidades. Esboçar-se-ia, assim, uma tendência: a automação liberaria uma parte do operariado tradicional. Essa liberação seria o indicador da formação de um novo sujeito histórico (Gorz, 1987, p. 17).

Contudo, qual seria o referencial de Gorz para analisar esse novo sujeito revolucionário que estaria por se formar “fora do trabalho”?

Gorz fundamentou a emancipação do trabalhador como um retorno às atividades do artesão, na qual o trabalho era identificado como uma atividade ainda plena. Com base nisso, passa a descrever a ‘nova era’ como um inevitável abandono dessa perspectiva. Não existiria alguma possibilidade do trabalhador identificar-se com uma atividade penosa, que impossibilitaria a construção de uma identidade de classe ou de um compromisso de classe. “O trabalho deixa de ser, para ele [o trabalhador], uma atividade ou mesmo uma ocupação principal para se tornar um tempo morto à margem da vida, onde se está ‘ocupado’ em ganhar algum dinheiro” (Gorz, 1987, p. 89), e por conta disso a luta política só poderia estar no avesso do trabalho.

André Gorz abriu, portanto, com *Adeus ao proletariado*, o debate sobre o fim das classes sociais, rompendo com a bibliografia marxista que dava sustento a sua análise até então. Gorz, com essa publicação, reformula sua leitura do trabalho, das classes e da luta política amparando-se no processo de ‘requalificação’ profissional de um ‘conjunto dito heterogêneo de trabalhadores’.³

A identidade de classe não poderia mais ser alcançada frente à heterogeneização das categorias profissionais. Contudo, o desenvolvimento dessa mesma racionalidade

econômica capitalista, passados alguns anos de reflexão e a permanência do antagonismo de classe inscrito na produção de mercadorias, fez Gorz reformular sua análise para dar início ao debate sobre a imaterialidade do trabalho.⁴

As novas formas de exploração do trabalho deslocariam a subordinação do trabalhador a novas representações político-sociais. O capital, ao acionar um tipo de trabalhador adaptado às suas demandas produtivas, teria acabado por criar seu próprio algoz: um tipo de trabalho imaterial. Com isso, um novo segmento nasceria nos escombros do modelo industrialista de produção: os trabalhadores do imaterial.

A desvinculação com as formas tradicionais de produção criaria nesse novo segmento profissional uma negação em relação à produção tipicamente capitalista, uma vez que seu trabalho extravasaria a lógica da exploração do tempo de trabalho criadora de mais-valia. Os conteúdos do novo tipo de trabalho são interpretados como qualificações profissionais anticapitalistas. A pergunta central para o autor seria: como mensurar conteúdos cognitivos? A resposta, para Gorz, é simples: seria impossível! Abrir-se-ia, assim, a perspectiva que evidencia a existência de uma centralidade dinâmica do trabalho imaterial, um tipo de trabalho que seria portador da transformação estrutural da sociedade, da constituição de uma nova forma de produção, entendida, por Gorz, como comunista.

O debate sobre o trabalho imaterial

As teses que compõem o debate sobre o trabalho imaterial nos anos 1990 e começo dos anos 2000 parecem não ter continuidade problemática com aquelas do debate sobre a centralidade do trabalho. Parecem, contrariamente, surgir com base em terrenos teóricos distintos. No entanto, esta é a aparência necessária que possibilita, por exemplo, a negação da teoria do valor-trabalho e da teoria das classes sociais. Optou-se, com isso, por uma análise que passa a indicar a inapreensão, a indeterminação e a imensurabilidade da produção de mercadorias no capitalismo.

³ Sobre a ruptura de Gorz com as teses do paradigma produtivo, ver Nicolas-Le-Strat (1996) e Artous (2003).

⁴ Gorz (1987; 1983; 1988; 2005), Lazzarato (1992, 1993; e 1996), Negri (1992; 1993; 1996; 2004).

Em *O imaterial: conhecimento, valor e capital* (Gorz, 2005), livro que sintetiza o debate sobre o caráter cognitivo das qualificações profissionais como expressão do extravasamento da lógica capitalista, toda a produção de mercadorias teria tendencialmente seu valor reduzido, na medida em que se propagaria. Essa propagação baratearia a mercadoria ao ponto de fazê-la perder sua forma valor de troca. “(...) Uma autêntica economia do conhecimento corresponderia a um comunismo do saber no qual deixam de ser necessárias as relações monetárias e as de troca” (Gorz, 2005, p. 10). As formas tradicionais de geração do valor, ou seja, aquelas provindas do trabalho imediato seriam superadas por aquelas dos setores administrativos e de serviço. O ‘tempo de trabalho’ e o ‘tempo da vida’ se abririam como campos complementares, mas dissociáveis nas sociedades contemporâneas (Gorz, 2005, p. 36).⁵

O componente do saber, presente no trabalho industrial e de serviços, teria crescido em importância. Este saber não poderia ser reduzido a saberes técnicos, outrora formalizados. Assim, “o saber da experiência, o discernimento, a capacidade de coordenação, de auto-organização e de comunicação. Em poucas palavras, formas de um saber vivo adquirido no trânsito cotidiano, que pertencem à cultura do cotidiano” (Gorz, 2005, p. 09) acabariam por formar uma resistência dentro da lógica de valorização do capital.

As contradições sociais teriam, com isso, fundamentado um tipo de trabalho cujo componente central seria o conhecimento.⁶ Nos ‘interstícios’ da sociedade capitalista teria se formado uma força produtiva cognitiva baseada nas experiências cotidianas dos indivíduos. Esta produção imaterial levaria a teoria do valor à excrescência, pois indicaria uma contradição intransponível entre a lógica de universalização dos produtos imateriais e a mercadoria. Com isso, se redimensionaria a forma histórica de valorização do capital. O capital, por seu turno, tentaria restringir o acesso, patentear o conhecimento presente nos

⁵ Na esteira dessa perspectiva, Habermas, em *Teoria de la Accion Comunicativa* (1987), desenvolve a diferenciação entre sistema e mundo da vida.

⁶ Lembremos, rapidamente, da tese de Gorz desenvolvida em *Adeus ao proletariado* (1987), segundo a qual a sociedade capitalista estaria fundada em uma dualização: sociedade heterônoma *versus* sociedade autônoma.

produtos comercializados, mas não poderia fazê-lo completamente, pois fugiria do seu movimento intrínseco, de extensão ilimitada da exploração do trabalho. Os produtos imateriais romperiam, portanto, com essa lógica expansiva. Dentro do universo da produção imaterial, o valor de troca não faria mais sentido.

Haveria, nestes termos, um movimento de independicização do trabalho imaterial frente ao processo de acumulação de capital. A imensurabilidade, propriedade característica dos trabalhos imateriais, seria a fonte de um novo processo de valorização. No entanto, restringida pelo capital o monopólio do ‘capital conhecimento’, por exemplo, sintetizaria a contenção dos produtos imateriais. A realidade ilimitada dos produtos cognitivos seria limitada pela contenção, em valor, do processo de acumulação.

Com a diminuição do trabalho imediato, os salários e o valor das mercadorias seriam reduzidos, produzindo uma diminuição dos valores monetários, isto é, da riqueza e dos lucros. O capitalismo cognitivo se apresentaria como momento de “(...) crise do capitalismo em seu sentido mais estrito” (Gorz, 2005, p. 37). Essa leitura acaba por dar base à indicação de uma transição do capitalismo para o comunismo via produção imaterial (Gorz, 2005, p. 36).

Para que o ‘capital conhecimento’ possa entrar na circulação, ele deve converter-se em capital-mercadoria, deve associar-se às formas tradicionais do capital, já que “ele não é capital, no sentido usual, e não tem como destinação primária a de servir a produção de sobrevalor, nem mesmo de valor, no sentido usual.” (Gorz, 2005, p. 54). Não se adequando à norma tradicional de valorização do capital e, ao mesmo tempo, desenvolvendo-se como força produtiva central, o ‘capital conhecimento’ se apresentaria como momento de negação dessa lógica. Assim, o trabalho imaterial abriria novas formas de questionamento político entre os grupos profissionais no momento em que a capacidade de adquirir novas informações, novos conhecimentos técnicos tornaram-se parte integrante do processo de produção (Negri, 2004, p. 44).

A economia-política marxista é, nesse sentido, utilizada na releitura de um ciclo ampliado da produção, não apenas relacionado à produção fabril, mas também à formação de uma rede de trabalhadores imateriais, ou seja, à constituição de um suposto intelecto geral. A indústria tradicional, como locus de organização da resistência política, cederia seu

lugar à grande empresa, uma sociedade-fábrica, isto é, produção/consumo/distribuição tornar-se-iam uma única e mesma coisa que se sintetiza na produção imaterial.

Essa abrangência da produção imaterial seria radicalizada ao universalizar a exploração da subjetividade do trabalhador. Todavia, tanto na interpretação de Gorz quanto na de Negri, vemos que a apropriação do conceito de trabalho imaterial concentra-se na figura do trabalhador isolado. Em síntese, a mudança das formas de exploração do trabalho ocasionou a recomposição do conteúdo das qualificações necessárias às formas de produção. Contudo, esses conteúdos que teriam gerado uma subjetividade específica acabaram por capacitar os ‘trabalhadores do imaterial’ a sujeitos políticos de uma luta anticapitalista. No entanto, o tempo liberado não qualifica, do ponto de vista aqui trabalhado, o desenvolvimento do indivíduo social, pois esse tempo é negativamente liberado na forma do desemprego, da precarização, do subemprego, do banco de horas, no trabalho domiciliar, no trabalho temporário, etc., etc.

A hipótese de Marx da supressão do trabalho vivo e do aumento do trabalho passado nunca foi tão pertinente. No entanto, “não seria o caso de situar (também) no mesmo espaço, a apropriação pelo capital das forças intelectuais”? Mas, como considerá-la sob a ótica de que a “missão histórica do capital é de depreciar o valor da força de trabalho, aumentando, assim, a força produtiva e fazendo do desenvolvimento do indivíduo social o novo alvo imanente da produção”? (Tosel, 1995, p. 212).

A dinâmica capitalista, como regulamentação da produção, passa a responder também pelo controle das capacidades cognitivas no trabalho, no sentido em que necessita de indivíduos que estejam aptos a agir e a tomar decisões – mesmo que dentro de padrões estabelecidos. “É neste contexto que deve ser recolocado o problema da medida do trabalho como momento da constituição do trabalho abstrato partindo das atividades intelectuais concretas” (Vincent, 1993, p. 124), particularmente, no que se refere à formação profissional do trabalhador.

As novas formas de recomposição do trabalho, baseadas na incorporação de conhecimentos técnicos, passam a ser um problema para as análises sociológicas sobre o tema. Entender os limites dessa incorporação, na medida em que ela deve estar articulada a uma lógica de conjunto que tende sempre a impedir a autonomização da classe trabalhadora

frente às imposições econômicas e políticas utilizadas pelo capital são fundamentais para compreender as diferenças objetivas entre trabalhos de tipo material e imaterial.

A diferenciação, portanto, entre material e imaterial torna-se importante não para apontar os limites do capital como relação social hegemônica no capitalismo. As diferenças entre esses tipos de trabalho são importantes, portanto, na medida em que informam como os processos de trabalho utilizam a incorporação de elementos cognitivos do coletivo de trabalho com o objetivo de ampliar as taxas de exploração e, por consequência, de mais-valia.

Trabalho, classe social e luta política

Os debates sobre a centralidade do trabalho e sobre o trabalho imaterial baseiam-se em uma compreensão reduzida do trabalho, da formação política da classe trabalhadora e das possibilidades de sua luta política. Primeiramente, o trabalhador é vinculado diretamente ao seu posto de trabalho; suas qualificações técnicas informam, assim, as possibilidades de sua prática e consciência políticas como se não existissem práticas políticas para além da indústria e do trabalho imediato. Finalmente, a classe trabalhadora é definida como uma extensão de suas atribuições técnicas. Há, portanto, uma correspondência indevida entre as formas de apropriação concreta dos saberes empíricos e das potencialidades políticas da classe trabalhadora. Em segundo lugar, e mais especificamente dentro das teorias do trabalho imaterial, a liberação do tempo de trabalho necessário à produção de mercadorias é apresentada como último momento das relações sociais capitalistas. A impossibilidade de mensurar os conteúdos dos trabalhos imateriais implicaria, mecanicamente, o fim anunciado do modo de produção capitalista.

Parece-me central destacar que o capital nas últimas quatro décadas aprofundou a lógica de exploração do trabalho. Às técnicas de produção taylor-fordista foram somadas novas formas de persuasão que, articuladas, informam a concepção de que o trabalhador é um parceiro e, como tal, deveria incorporar o ‘espírito da empresa capitalista’. A ‘subjetividade’ do trabalhador é, assim, reclamada pelo capital e colocada a seu serviço.

O capital, dessa forma, aprendeu a controlar as formas de trabalho cognitivo. Aprofundou sua dominação política e econômica na produção quando passou a, dentro de limites preestabelecidos por ele mesmo, utilizar mais adequadamente as capacidades intelectuais do trabalhador. Nestes termos, a perspectiva de liberação do tempo de trabalho como tempo livre, ou seja, aquele que poderia ser controlado pelo coletivo de trabalhadores organizados, não pode ser desenvolvida em uma sociedade capitalista. Pelo contrário, apenas em uma sociedade de transição socialista, na qual as antigas relações de produção capitalistas vão aos poucos sendo substituídas por relações de produção comunistas, esse empreendimento ganharia base material.

Nestes termos, a mudança de direção rumo ao comunismo só pode ser caracterizada depois de constituída uma dominação política, isto é, não seria possível a constituição de um tempo livre, sem que toda a sociedade estivesse empenhada ativamente no exercício desse tempo. A liberação do tempo sem essa base material torna-se negativa para a classe trabalhadora na medida em que esse tempo liberado se efetiva na forma do desemprego. Portanto, o indivíduo social pensado por Marx nos *Grundrisse* só se revelaria coerente em uma sociedade na qual a direção política já fosse controlada por uma direção de trabalhadores associados em partido político. Esse indivíduo social, representante de um intelecto geral, é fruto da revolução e superação dos meios de produção dominados pelo capital (Marx, 2002, p. 228) e, desse modo, não pode ser associado, como indicam as teses sobre o trabalho imaterial, a práticas políticas constitutivas da e na lógica burguesa.

Não há, no entanto, para a bibliografia que articula o trabalho imaterial à luta anticapitalista, a necessidade de constituição de uma força social que leve a cabo a tomada do Estado e a direção da economia para a transformação processual das relações sociais capitalistas em relações de produção comunistas. Essa tarefa é indicada como campo de possibilidades aberto pela própria produção imaterial, indica-se, dessa forma, a política como índice automático da produção de mercadorias.

Se optássemos por essa perspectiva, concordaríamos com uma análise determinista que evoca as forças produtivas como elemento central de toda mudança política estrutural. A luta política de classes seria, assim, apenas uma consequência do desenvolvimento das forças produtivas em presença. Mas como seria possível indicar tais forças produtivas como

elementos impulsionadores de reivindicações e práticas políticas anticapitalistas se são elas, em seu conjunto, cristalizações de relações sociais de tipo capitalista?

Nesse sentido, não me parece, com base na leitura dos *Grundrisse* (2002) e de *O Capital* (1998), possível apontar para uma ruptura como essa. As formas de exploração do trabalho continuam sendo as mesmas e não há uma nova forma de organização da produção que altere, por conta da inserção de novas tecnologias ou de tipos de trabalho (imateriais ou não), o processo de constante ampliação da produtividade do trabalho. O desenvolvimento das forças produtivas se apresenta como uma das características centrais dessa ampliação. Exatamente por conta disso não é possível descrever uma alteração estrutural das formas de obtenção do lucro motivadas pelo desenvolvimento das forças produtivas. É bom que se frise não há nada de neutro no desenvolvimento dessas forças. Elas têm como objetivo final atender às demandas do processo de valorização. Nesse sentido, toda a ciência e tecnologia introduzidas no universo dos processos de trabalho cumprem o papel não apenas ‘econômico’ de valorização do capital, mas também político de ampliação do controle dos coletivos de trabalho.

Nesse sentido, as leituras que apontam para a constituição de uma sociedade pós-industrial ou pós-materialista, ou mesmo uma sociedade de serviços, partem da crítica de uma concepção de trabalho e de classe trabalhadora particular, difundida, sobretudo, pelos partidos comunistas. Essa concepção de trabalho, que se desenvolve até a década de 1970, tem como característica central a indicação de que o trabalho imediato-industrial é o meio pelo qual toda luta política deve ser constituída e, por conseguinte, que a classe operária teria uma ‘missão histórica’: ser o sujeito da revolução socialista.

As teses que compõem a teoria dos novos movimentos sociais, das sociedades pós-industriais ou mesmo das sociedades pós-materialistas, por exemplo, se constituem em resposta a essa leitura de sujeito e de luta política. Seu objetivo foi, portanto, o de ampliar as formas de participação dos indivíduos ou grupos de indivíduos na cena política a outras esferas da sociedade. Não obstante, creio que apesar de hegemônica no marxismo, essa leitura restrita e dogmática de um operariado como portador de uma ‘missão histórica’ revolucionária é equivocada. Há em outras tendências, dentro do marxismo mesmo, críticas

à concepção de sujeito e de classe operária como portadora, por essência, da revolução socialista.

A bibliografia que se articula em torno do rechaço da teoria das classes e da teoria do valor-trabalho de Marx responde, assim, à parte equivocada das análises sobre as classes sociais e sobre a possibilidade de construção de forças sociais dentro e fora das indústrias. Ao ter um ponto de partida restrito, tendem a diagnosticar as possibilidades de intervenção política em direta oposição a ele. Se tais teses, críticas às concepções de Marx, partem de um falso problema, acabam por construir, em oposição, falsas respostas. Portanto, creio que parte da bibliografia sobre o tema valeu-se de parâmetros físicos para compreender o que seria material ou não material na produção e no trabalho. Tanto o debate sobre o trabalho imaterial, quanto o debate sobre a centralidade do trabalho são constituídos, assim, sob a rubrica inversa a essa compreensão. Reproduz-se, portanto, uma oposição teoricamente ineficaz e não dialética entre material e imaterial como eixo explicativo de todo o debate nos anos 1980, 1990 e 2000.

Bibliografia

AMORIM, Henrique. Valor-trabalho e trabalho imaterial nas ciências sociais contemporâneas. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 58, abr. 2010, p. 191-202.

_____. Trabalho imaterial, classe social e qualificações profissionais. In: SOUSA, José dos Santos; ARAÚJO, Renan (Org.). *Trabalho, Educação e Sociabilidade*. Maringá: Práxis, 2010, p. 159-172.

_____. A relação entre novas tecnologias da informação e a teoria do valor-trabalho. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos (Notícias do Dia)*, São Leopoldo, 2009. Disponível em:
http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=27473. Acesso em: (05/08/2010).

_____. Trabalho imaterial: Marx e o debate contemporâneo. São Paulo: Annablume, 2009.

- _____. Trabalho imaterial, forças produtivas e transição nos Grundrisse de Karl Marx. Crítica Marxista, Campinas, n. 25, 2007, p. 9-30.
- _____. Teoria social e reducionismo analítico: para uma crítica ao debate sobre a centralidade do trabalho. Caxias do Sul: EDUCS, 2006.
- ARTOUS, Antoine. Travail et Émancipation Sociales: Marx et le Travail. Paris: Syllepse, 2003.
- BIHR, Alain. La Reproduction du Capital. Prolégomènes à une théorie générale du capitalisme. Paris: Editions Page Deux, 2001.
- FRIEDMANN, G.; NAVILLE, Pierre. Traité de Sociologie du Travail. Paris: Librairie Armand Colin, 1964, v. I e II.
- FRIEDMANN, Georges. O trabalho em migalhas. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- GORZ, André. Estratégia operária e neocapitalismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- _____. Adeus ao proletariado: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- _____. Métamorphoses du Travail. Quête du Sens: critique de la raison économique. Paris: Galilée, 1988.
- _____. O Imaterial: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.
- HABERMAS, Jünger. Teoria de la Accion Comunicativa. Madrid: Taurus, 1987.
- LAZZARATO, Maurizio. Le Concept de Travail Immatériel: la grande entreprise. Futur Antérieur, Paris, n. 10, 1992/2, p. 54-61.
- _____. Le cycle de la Production Immatérielle. Futur Antérieur, Paris, n. 16, 1993, p. 111-120.
- _____. Le ‘travail’: un nouveau débat pour de veilles alternatives. Futur Antérieur, Paris, 1996/2, n. 35-36.
- MARX, Karl. O capital. São Paulo: Nova Cultural, 1998.
- _____. Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse/Borrador). Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina Editores, 2002.
- NEGRI, Toni; VINCENT, Jean-Marie. Paradoxes autour du travail. Futur Antérieur, Paris, 1992/2, n. 10, p. 5-8.
- NEGRI, Toni. République constituante. Futur Antérieur, Paris, n. 15, 1993/1, p. 71-80.

_____. Marx et le travail: le chemin de la désutopie. *Futur Antérieur*, Paris, n. 35-36, 1996/2, p. 189-207.

_____. De l'Avenir de la Democracie (Débat avec Olivier Mongin). *Alternatives Internationales*, Paris, 2004, n. 18, p. 44-47.

NICOLAS-LE-STRAT, Pascal. Travail et constitution du sens à propos d'André Gorz. *Futur Antérieur*, Paris, n. 35-36, 1996/2, p. 101-109.

OFFE, Claus. Trabalho e sociedade. v. I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

TOSEL, André. Centralité et non-centralité du travail ou la passion des hommes superflus. In: BIDET, Jaques ; TEXIER, Jaques. *La Crise du Travail*. Paris: PUF, 1995. p. 209-218.

VINCENT, Jean-Marie. Les Automatismes Sociaux et le ‘général intellect’. *Futur Antérieur*, Paris, n. 16, 1993, p. 121-130.